

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DE ORGANISMOS MULTILATERAIS

Sheila de Araújo Paiva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Iracema Oliveira Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a presença de organismos multilaterais no direcionamento da educação brasileira que culminou no processo de expansão da Educação a Distância (EAD). O estudo se fundamenta na compreensão de que instituições como Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) são organizações que exercem forte influência no direcionamento das políticas educacionais brasileiras uma vez que ditam normas de ordenamento e funcionamento, tendo em vista a busca pela expansão de mercados ligados ao setor privado mercantil. O ano de 2007 marca o início da entrada da educação superior no mercado de ações, assim, este setor assume novas configurações que podem ser analisadas com a expansão do ensino superior privado e o crescimento da EAD. O movimento desencadeado foi apoiado pelo Estado brasileiro que cada vez mais tem conduzido suas políticas públicas em um processo de apoio ao mercado privado em detrimento do setor público. Como resultado deste processo, observa-se uma redução das verbas públicas destinadas ao ensino superior e um aumento do espaço de atuação de empresas privadas.

Palavras chave: Ensino a distância. Expansão privado-mercantil. Organismos multilaterais.

Introdução

Estudar a atuação de organismos multilaterais e sua interferência em sistemas educacionais como o do Brasil associados ao processo de expansão da educação a distância requer uma análise de um processo que acontece no presente, com todo o seu dinamismo e que conta com a participação de atores como Estado, grupos empresariais e classe trabalhadora.

A educação tem sido defendida por grupos econômicos, que objetivam assegurar a manutenção de sua hegemonia em seus campos de atuação com vistas à expansão e a reprodução do sistema capitalista, o qual embora venha enfrentando constantes crises econômicas, ainda consegue manter-se lucrativo.

Os sistemas educacionais, no contexto de reordenamento do capital, têm sofrido reformulações relacionadas a ajustes representadas pela redução do papel do Estado, alterações relativas à questão da legislação com vistas a viabilizar o crescimento do setor privado/mercantil e a redução do investimento público.

Em relação à educação superior, ocorreu uma defesa deste nível de ensino vinculado aos processos de acesso, e certificação. Apesar dessa ampliação, a permanência dos estudantes no ensino superior se revelou bastante problemática, tais questões não serão objeto de análise deste trabalho, muito embora sejam importantes para se compreender essa realidade. Assim, no contexto da ampla defesa do acesso ao ensino superior, tem-se também, o incentivo à políticas de ampliação e expansão do ensino a distância.

A partir da década de 1990, os organismos multilaterais encontram um cenário geográfico apto para o seguimento de suas diretrizes, tendo em vista que o Brasil era um país que possuía e possui população em crescimento e, portanto, promissor para o investimento exploração mercantil. Para a defesa de suas diretrizes tais organismos costumam adotar termos relacionados ao mercado empresarial e a palavra flexibilidade é constantemente utilizada por seus defensores no intuito de organizar uma estrutura diversa e flexível aos seus interesses. Segundo Santos (2008, p. 12)

O movimento de diversificação e diferenciação do ensino superior no país vincula-se, em larga medida, às orientações de organismos multilaterais que defendem a flexibilização dos processos formativos de modo a atender a demanda e flexibilidade dos processos produtivos.

O estudo, que ora se apresenta, é apenas uma premissa de análise do dinamismo que a educação superior tem atingido nos últimos anos, dado seu vínculo ao processo de mundialização, sem freios, do capital econômico. Como resultado desse processo, tem-se o crescimento do setor privado mercantil, o qual, não satisfeito com seus lucros oriundos da ampliação de cursos e matrículas na graduação presencial, encontrou campo fértil de atuação na EAD, na pós-graduação em nível *lato sensu* e também *stricto sensu*.

A análise aqui discutida representa uma breve reflexão do entendimento sobre a EAD, tendo em vista que ela é desdobramento de uma pesquisa de uma dissertação em curso que discute o crescimento da EAD no espaço geográfico educacional baiano, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aspectos metodológicos

O método norteador para a análise é o materialismo histórico dialético que a partir das categorias: historicidade e contradição nos auxiliará a problematizar o processo de expansão mercantil da educação superior via educação a distância. O materialismo histórico

possibilitará analisar a base da ordem social associada ao mundo das mercadorias e dá ênfase à dimensão histórica dos processos sociais.

Realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica que consiste na análise de material já produzido por outros pesquisadores com vistas a aprofundar o diálogo com o campo de pesquisa, ao tempo que possibilitará dialogar com autores e pesquisadores que abordam a temáticas com lentes metodológicas sob múltiplas perspectivas.

Revisão bibliográfica

A expansão do Educação a Distância (EAD)

A expansão da Educação a Distância no nível superior, no cenário geográfico nacional, vem associada à necessidade de formação aligeirada e de baixo custo, condição que tem se tornado imprescindível, de acordo as lógicas mercadológicas atuais. Ocorre que a profissionalização dos sujeitos tem sido pautada majoritariamente na preparação para os interesses fugazes do mercado em detrimento de uma formação que propicie análise da realidade social, econômica, e que seja capaz de discutir sua condição de trabalhador.

A Educação a Distância (EAD), consiste em uma modalidade educativa em que o processo de ensino e aprendizagem ocorrem mediante o uso de tecnologias de informação e de comunicação. Neste processo, estudantes e professores desenvolvem os seus sistemas educativos em espaços, temporalidades e lugares diversos.

A maioria das faculdades e centros universitários que utilizam o sistema Ead desenvolvem relações de trabalho precarizadas. Em sua maioria, os docentes têm uma carga horária reduzida destinada à função de acompanhamento discente, em que são contratados tutores para ocupar um lugar que seria do professor. Entre as questões de relevância sobre a situação dos tutores na Ead se destaca o enorme contingente de alunos para oferecer suporte com condições salariais e trabalhistas questionáveis. As lógicas capitalistas nesse tipo de instituição desprezam o profissional docente e seu conhecimento.

Alguns consideram que educação a distância, por sua natureza, é sinônimo de educação massificada, de qualidade inferior. Efetivamente, tal característica foi marcante nas origens da EaD. Muitas dessas práticas foram de cunho tecnicista, enfatizando o material pedagógico (pacotes instrucionais) em detrimento da mediação pedagógica exercida pelo professor. Aliás, em inglês há uma expressão que as qualificam como pedagogia teacherproof, ou seja, “à prova de professor”. A falta da presença física do professor condenaria, portanto, a educação a distância a um estilo frio, impessoal, mais próprio de pedagogias “bancárias”. Sem dúvida, a existência de cursos de má qualidade reforça a imagem da EaD como

negócio de instituições não idôneas que a têm como estratégia de corte de custos, para aumentar sua lucratividade (LEMGRUBER, S/D, p. 5).

A EAD mesmo com alguns pontos bastante questionáveis em relação a qualidade de seus cursos, uso de tutores para grandes quantitativos de alunos e amplas propagandas para atrair “clientes” se constitui em um negócio altamente lucrativo.

Os defensores da Ead afirmam que a sua expansão se faz necessária já que as tecnologias estão presentes em um mundo globalizado. A concepção deles tende a ser reduzida, dado que defendem que o ensino presencial deve ser substituído por um ensino flexível, em que o aluno estuda em casa, no caminho para o trabalho, aos finais de semana, com uso de computadores, *tablets* e *smartphones*. Essa é a propaganda que as instituições Ead tem feito, por meio dela tem conseguido elevar seus números de alunos matriculados. Segundo Mendes (2011):

O outro discurso presente no EAD é o da qualificação do ensino com o emprego de novas tecnologias na educação. Um dos principais argumentos utilizados para defender a ampliação da oferta de cursos a distância é a possibilidade de adoção de novas tecnologias no ensino superior, propiciada por essa modalidade de ensino. As formas presenciais de contato entre os diferentes sujeitos que participam de uma instituição de ensino são substituídas por formas virtuais de interação. A estas formas são agregadas as qualidades de modernas, rápidas, ágeis e, por consequência, de eficientes nos processos formativos (p. 8).

Estudos de José Moran, no ano de 2011, apontam que alguns professores e alunos relatam dificuldades com o ensino 100% Ead, tendo em vista a falta de contato, o número alto de atividades, prazos de entrega, ausência de bibliotecas físicas, falta de um professor responsável pelo processo de conhecimento e a falta dos colegas que proporcionam os diálogos, as discussões e a aquisição de aprendizado.

Muitos professores e alunos encontram dificuldades maiores de adaptar-se à EAD do que eles imaginavam. Muitos docentes e tutores não se sentem confortáveis nos ambientes virtuais, não tem a disciplina necessária para gerenciar fóruns, prazos, atividades. A falta de contato físico os perturba. O mesmo acontece com parte dos alunos, pouco autônomos, com deficiências na formação básica. Para muitos falta disciplina, gestão do tempo: se perdem nos prazos, na capacidade de entender e acompanhar cada etapa prevista. Muitos demoram para adaptar-se aos ambientes virtuais cheios de materiais, atividades, informações. Sentem falta do contato físico, da turma, quando o curso é todo pela WEB. O ambiente digital para quem não está acostumado é confuso, distante, pouco intuitivo e agradável (MORAN, 2013, p. 2).

Tendo em vista o processo de expansão da EAD, é necessário refletir se esse não é um meio de favorecimento e de manutenção da hegemonia capitalista, já que o crescimento observado nos últimos anos é, em sua maioria, vinculado à maximização de lucros dos

empresários do setor educacional associado ao aligeiramento do processo formativo. Para se ter dimensão da questão, faz-se indispensável analisar que a EAD é pauta constante nos fóruns que discutem as políticas educacionais que ratificam que as instituições privadas, têm sido as maiores beneficiárias dos lucros advindos de seu processo de ampliação a revelia da qualidade da formação realizada. Isto significa dizer que os objetivos da empresa transcendem a maximização do lucro, uma vez que ficam subordinados à supervalorização acionária no mercado de capitais, em outras palavras, um negócio vinculado a um mercado altamente rentável (CARVALHO, 2013, p. 772).

O Censo da Educação Superior tem demonstrado que a EAD passou a ser protagonista no crescimento de matrículas em instituições privadas. O *marketing* utilizado por essas instituições abrange desde panfletos, distribuídos em vias públicas, passando por propagandas de TV que utilizam a presença pessoas influentes da mídia, e chega às redes sociais que, no século atual, fazem-se presentes como meios de maior dinamismo e influência.

Na análise de Chaves (2016) sobre como os grupos educacionais que atuam no mercado, pode-se perceber que

O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros, os alunos são vistos como clientes, por conseguinte as empresas investem massivamente em programas de marketing e comercialização. Esse processo de financeirização tem gerado um intenso movimento de aquisições e fusões de IES formando grandes oligopólios na educação superior privado-mercantil do Brasil (CHAVES, 2016, p. 1).

A pesquisadora destaca a participação das instituições educacionais nos últimos anos, mais especificamente desde 2007, ano que marca a entrada do setor educacional, na bolsa de valores. Na análise de Chaves (2016), o setor educacional adquiriu foco empresarial, ou seja, a busca pelo lucro, assim, o aluno passou a ser um cliente. Para se sobressair no mercado, os grandes grupos investem em programas de divulgação, bem como em comercialização de seus produtos. O movimento se fez tão intenso que ocorre ainda a compra de uma instituição por outra, ocorrendo as conhecidas fusões, tornando o espaço educacional repleto de oligopólios do setor privado mercantil.

Financeirização da Educação Superior

Outro importante recorte de análise diz respeito ao processo de financeirização que o ensino superior tem sido associado. É possível compreender que este movimento é oriundo de um processo comercial de negociação da educação superior enquanto uma mercadoria

altamente lucrativa no mercado de ações brasileiro, e que atualmente se expandiu tanto dando espaço até para grupos de capital estrangeiro. Chaves (2011, p. 5, grifos do autor) discorre que

O avanço do processo de financeirização da educação superior brasileira, advindo das negociações estritamente direcionadas aos interesses mercantis na última década, efervesceu o setor. A abertura do capital em 2007, de quatro grupos educacionais, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa): Anhanguera Educacional S.A, com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e o Sistema Educacional Brasileiro-SEB S/A3, também conhecido como "Sistema COC de Educação e Comunicação", com sede em São Paulo - demonstra a voracidade do mercado e consolida o gigantismo econômico-financeiro, inclusive para a entrada de capital estrangeiro na educação. A partir de 2013, o grupo Ser Educacional, proprietário das Faculdades Maurício de Nassau, Joaquim Nabuco e Baiana de Ciências, também abriu seu capital na Bovespa. O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros, os alunos são vistos como clientes, por conseguinte as empresas investem massivamente em programas de marketing e comercialização.

O estudo de Chaves (2011) destaca a dinâmica utilizada por estes grandes grupos que não se satisfazem apenas em maximizar a quantidade de alunos, mas também potencializar sua participação no mercado financeiro. O foco deles é altamente vinculado ao mercado de ações.

Analisar o processo expansionista da EAD requer a compreensão de que este movimento não é um processo neutro, mas fruto de orientações dos organismos multilaterais associado ao capital internacional e assumidas como plausíveis pelo Estado brasileiro constantemente tem buscado alterar sua legislação educacional para atender a essas demandas do mercado.

A expansão das matrículas na educação superior foi especialmente realizada a partir do estabelecimento da diversificação e da diferenciação das instituições superiores, pautada sob o argumento da ampliação das oportunidades educacionais. Na concepção de Santos (2008),

Esse discurso ganha força no processo de reforma do Estado e do sistema educativo no Brasil, no qual se dá o boom expansionista da educação a distância (EAD), modalidade educativa amplamente recomendada pelos organismos multilaterais e que, a partir da década de 1990, encontrou um campo fértil de desenvolvimento no Estado brasileiro (p. 12).

A reforma do ensino superior e o processo de expansão da EAD ocorreu a partir da década de 1990, paralelamente às reformas do Estado. O resultado deste processo foi uma maior diferenciação e diversificação da oferta do ensino superior no país que seguiu as orientações propostas por organismos multilaterais. As diretrizes desses organismos pregam a

ampla defesa da flexibilidade dos processos formativos, bem como o delineamento das políticas sociais em diversos países do mundo.

A ação de organismos multilaterais e a expansão da EAD no contexto brasileiro

Instituições como Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), atualmente, têm voltado suas atenções para os processos educacionais de países como o Brasil. Esta atuação não se dá de forma neutra, muito pelo contrário. As defesas de organismos multilaterais, como os aqui citados, em relação à educação, distanciam-se muito do princípio de neutralidade. Sobrinho (2010), em relação ao papel dos organismos multilaterais, aponta que

Por isso, são inaceitáveis as formulações da educação como bem público global propostas por influentes organismos multilaterais, capitaneados pelo Banco Mundial com adesão de alguns setores da UNESCO. Mais ainda inadmissível é a tentativa de alguns países ricos de oficializar a educação como um bem comercializável a ser controlado pela OMC (Organização Mundial do Comércio). Essas duas formulações interessam aos países industrialmente mais avançados, mas não correspondem às necessidades e projetos dos países pobres e em desenvolvimento (SOBRINHO, 2010, p. 1228).

A análise de Sobrinho (2010) trata exatamente de como países industrializados buscam inserir sua lógica em países de economia periférica como a do Brasil. Os contextos econômicos, educacionais e sociais desses países são bastante diferentes da realidade brasileira.

Entre os impactos das diretrizes ora impostas por esses organismos, relacionados à ampliação do ensino a distância, temos: a massificação da educação, a redefinição de objetivos e das funções da educação, a ampliação do espaço para as tecnologias de informação e comunicação, as conhecidas TIC's, a redução do investimento estatal no setor educacional e a diminuição da autonomia do professor em suas funções. Entretanto, mesmo considerando a importância destes instrumentos, é possível inferir que nenhum equipamento será capaz de substituir os processos de interação social propiciados nas relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem (MENDES, 2011, p. 9). Concorda-se com a defesa da autora relacionada à questão, uma vez que, mesmo com as tecnologias vigentes, as relações estabelecidas nos processos de ensino-aprendizagem ainda não podem ser substituídas.

A educação superior tanto na graduação quanto na pós graduação são vistas pelo mercado educacional como mercadorias/produtos e, por serem inseridas nestas lógicas, tendem a ser utilizadas para comercialização perdendo o sentido de direito, passando a ser interpretado como serviço. Nesse contexto a educação é introduzida no mercado de ação da bolsa de valores.

A compreensão dos defensores da EAD se pauta pela expansão associada à massificação. Nessa perspectiva, o mercado atua na oferta de vagas e cursos com um dinamismo que o setor público infelizmente não conseguirá acompanhar tendo em vista, por exemplo, o crescente corte de recursos estabelecidos. É fato que tais transações tem o apoio do Estado brasileiro quando ele estabelece mecanismos de isenção fiscal para instituições privadas favorecendo, por conseguinte o crescimento dessas instituições e, em contra partida reduz o investimento na universidade pública e de qualidade que tende a ficar com sua estrutura física sucateada e com o quadro de pessoal precarizado.

Diferentes questões merecem reflexão quando consideramos “o olhar” dos organismos multilaterais para a educação. Assim, questiona-se qual o motivo destes tipos de instituições visarem tanto a área educacional de países como o Brasil? Qual a razão desse delineamento de políticas em busca de sociedades informatizadas, melhoria de condições de acesso ao ensino, ampliação do número de estudantes no ensino superior?

Países desenvolvidos possuem a maioria de sua população escolarizada, um amplo processo de controle de taxas de natalidade o que acarreta um índice de crescimento de novos nascimentos bastante reduzido. Os sistemas educacionais nesses países continuam existindo, porém, não costumam chamar a atenção de empresários do setor, enquanto os países subdesenvolvidos são alvos constantes de quem visa investir, já que o público é amplo e existe necessidade de escolarização da população. Santos (2008) reflete que

Em contrapartida, os países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento detêm hoje a maioria da população em idade escolar. Isso faz com que seus diferentes níveis de ensino sejam alvos privilegiados da busca dos grupos empresariais por novos mercados no campo educacional e, sobretudo, por assumir uma parte significativa da expansão da educação superior por meio da modalidade a distância (p. 47).

A análise de Santos (2008) nos faz refletir que não existe neutralidade nessa “preocupação” dos organismos multilaterais em recomendar, ao Estado brasileiro, práticas que funcionam em suas realidades e que precisam ser inseridas na nossa. O Estado, por sua vez, em função dos acordos estabelecidos com essas instituições passou a acatar o que lhe foi solicitado e vem transformando o espaço geográfico educacional em um ramo altamente

lucrativo para os grandes empresários maximizarem seus lucros. Em contrapartida, as gestões governamentais cada vez mais têm se afastado de sua função de oferecer uma educação pública e de qualidade.

A autora vai um pouco além ao tratar da questão dos impedimentos legais relacionados à educação, segundo Santos (2008),

A entrada de grandes grupos comerciais e a venda de serviços e mercadorias educacionais, no entanto, têm encontrado alguns empecilhos de ordem legal, pois na maioria dos países a educação tem sido considerada como um dos direitos sociais e é objeto de leis nacionais específicas (p. 47).

O Brasil, por exemplo, tem buscado cada vez mais flexibilizar sua legislação vigente no intuito de ampliar a área de atuação de grandes conglomerados educacionais. Por mais que se encontre empecilhos, a realidade educacional brasileira está bastante associada aos ditames do mercado internacional que, como já mencionado, não é neutro, muito pelo contrário seus objetivos são claros e traçados com bastante antecipação.

Em estudo realizado por Chaves (2011), é possível verificar que o processo de expansão do setor privado não ocorre em um contexto recente, de acordo a autora,

a política de favorecimento da expansão do setor privado de educação superior no Brasil teve início ainda na década de 1970, durante os governos militares (1964-1985). Desde então vivencia-se no Brasil a adoção de uma política de expansão da educação superior pela via da privatização, desobrigando o Estado de ampliar os recursos orçamentários federais à educação superior (CHAVES, 2011, p. 3).

Desde a década de 1970, o Brasil inicia sua aproximação com o setor privado mercantil. Os estudos em relação à educação superior brasileira demonstram que nas mais diversas gestões houve essa aproximação. Costa (2018, p. 3) destaca que

como expressão do atual modo de produção capitalista, o processo de financeirização gera a expansão do capital e concentração de recursos, o que vem crescendo ao longo das últimas décadas. No caso da educação, sob o discurso de sua democratização, construiu-se especialmente durante o segundo governo Lula (2007-2011), um berço para que as empresas privadas adentrassem o mercado educacional e para que as empresas educacionais alastrassem seu campo de acumulação de capital pela atuação na Bolsa de Valores, assim como por sua internacionalização (COSTA, 2018, p. 3).

Tanto o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) quanto de Dilma Rousseff (2011-2016), apoiaram diversas políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, foi também nesses governos que o setor empresarial educativo encontrou bastante espaço para se desenvolver. Tal expansão foi oriunda das próprias políticas governamentais como o (Programa Universidade para Todos- PROUNI), desenvolvido na gestão Lula, e Fundo de

Financiamento do Estudante do Ensino Superior FIES, constituído no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que é utilizado até os dias atuais.

Em pesquisa realizada, em relação ao aumento do número de matrículas do ensino a distância na última década disponibilizada no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, é possível verificar o aumento, ano a ano, no número de matrículas da EAD no Brasil.

Tabela 1 — Evolução das matrículas de cursos de graduação a distância por categoria administrativa no Brasil 2009-2019

ANO	TOTAL	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	PRIVADO
2009	838.125	86.059	86.550	87	665.429
2010	930.179	76.414	104.722	466	748.577
2011	992.927	71.152	105.850	922	815.003
2012	1.113.850	64.778	102.211	14.635	932.226
2013	1.153.572	46.929	92.344	15.280	999.019
2014	1.341.842	39.181	96.482	3.710	1.202.469
2015	1.393.752	43.988	81.463	2.942	1.265.359
2016	1.494.418	45.479	73.674	3.448	1.371.817
2017	1.756.982	62.250	101.395	1.927	1.591.410
2018	2.056.511	77.949	93.075	1.903	1.883.584
2019	2.450.264	74.451	81.189	2.017	2.292.607

Fonte: INEP (2021).

A análise da Tabela 1 nos permite verificar que a cada ano a EAD se ampliou. Em apenas uma década as matrículas na EAD ultrapassaram a marca de 2.450 264 (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil e duzentos e sessenta e quatro alunos) um crescimento constante que não demonstra, pelo menos no decorrer da pesquisa, um processo de redução.

O setor privado educacional no Brasil tem ampliado a oferta de matrículas em detrimento do setor público. Fato é que as instituições públicas hoje estão em uma situação de constantes ameaças, portanto, faz-se necessário um enfrentamento visando a sua manutenção enquanto espaço de qualidade que possibilite a pesquisa, a extensão e o saber. Além disso, é substancial defender a educação pública como um direito de todos os brasileiros e não colaborar para o crescimento de uma educação pautada na expansão da EAD e seus vínculos com os organismos multilaterais que apenas desejam o fim da educação pública tão necessária à classe trabalhadora. Concorde-se com Sobrinho (2010), ao afirmar que

o direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado (SOBRINHO, 2010, p. 1225).

Muito embora o Brasil possua dimensões continentais reconhecemos também que nenhum governo estabeleceu como prioridade a universalização do acesso a educação, seja básica ou superior. A ausência do Estado no cumprimento das suas obrigações, de assegurar educação pública e de qualidade à população brasileira, conforme estabelecido na Constituição Federal oportuniza que o setor educacional privado/mercantil amplie seu raio de ação.

Considerações finais

Neste trabalho apresentamos preliminarmente uma análise acerca da influência dos organismos multilaterais e seus direcionamentos no campo educacional do espaço geográfico brasileiro, sobretudo em relação a educação a distância (EAD), associada ao processo de expansão mercantil da educação superior. Tal modalidade de ensino tem sido amplamente defendida por organizações como Banco Mundial, OCDE e UNESCO que se pautam na defesa da ampliação dos sistemas educativos, discurso este considerado, ao longo deste trabalho, como ausente de neutralidade.

A pesquisa em andamento se pauta na revisão bibliográfica tendo em vista as etapas para a produção da dissertação de mestrado. Ao longo dessas leituras foi possível observar que o processo de expansão da educação a distância (EAD) está associado às orientações que organismos multilaterais formulam para seus países membros. Observou-se também que o Estado brasileiro tem sido aliado dos grandes grupos empresariais que tiveram seus lucros maximizados em diversas gestões governamentais.

A criação de novos cursos, a expansão do número de matrículas, a ideia disseminada que os processos de formação devem ser mais ágeis, com uso de tecnologias da informação e de comunicação (TIC's), a redução do tempo dos cursos de graduação e a defesa das instituições de ensino superior associadas ao ensino, em detrimento da pesquisa, tornaram a EAD pauta do dia, já que ela oferece graduações à baixo custo e costuma trazer público pagante devido ações de *marketing*, o que possibilita o crescimento constante das instituições associadas a valores mercantis.

O estudante das instituições superiores privadas, não é visto como aluno e sim como cliente. Os cursos são vinculados a produtos que estão em processo de comercialização e é neste bojo que a educação superior privada tem sido desenvolvida e alcançado patamares de inclusão no mercado comercial da bolsa de valores.

O material aqui analisado só demonstra a necessidade de ampliação da pesquisa, tendo em vista que a EAD se expande nos mais diversos municípios do Brasil. O que se pretendeu foi apenas iniciar uma discussão e fazer a defesa da educação pública em nível superior enquanto direito. Além de chamar a atenção sobre os organismos multilaterais que disseminam suas ideias por meio de um projeto de inserção no mercado educacional com potencial de crescimento.

A EAD não pode se tornar preponderante nos processos formativos brasileiros, faz-se necessário a defesa das instituições públicas nacionais enquanto espaços de pesquisa, extensão e conhecimento. Defende-se que as instituições públicas sejam espaços de conhecimentos de todos os brasileiros na busca por formar profissionais aptos para se inserirem na sociedade com capacidade de crítica e de produção intelectual.

Referências

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira da Educação**, v.18, n°54, julho-setembro. 2013.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. **Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil**. [S.l.: s.n.]. 2016. Disponível em: https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/8-Vera-Jacob-Chaves_Financeirizac_a_o-e-Expansao-do-Ensino-Superior-privado-mercantil.pdf. Acesso em: 20 de março de 2021.

COSTA, Hellen Balbinotti. Financeirização e o negócio da formação docente In: IX Colóquio Internacional Marx Engels, 2018, Campinas. Anais do IX Colóquio Internacional Marx e Engels, 2018.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Página virtual do INEP. Brasília – DF. 2021. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: março de 2021.

LEMGRUBER, Márcio Silveira. Educação a distância: para além dos caixas eletrônicos. **Anais do 2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias da Educação**. [Sem data]. Pernambuco, 2020. <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> <Acesso entre 01 de junho e 16 de julho de 2020>

MENDES, Valdelaine. A expansão do ensino a distância no Brasil: Democratização do acesso? **Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, 2011 CD ROM.

MORAN, José. **A Ead no Brasil: cenário atual e caminhos viáveis de mudança.** Universidade Estadual de São Paulo, 2013.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A expansão da educação superior rumo a expansão do capital: Interfaces com a educação a distância. 2008.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ soc.**, Campinas, v31, n.113, p.1223-1245, out-dez de 2010.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Sheila de Araújo Paiva

Graduada em Geografia (UESB); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UESB); Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas para a Educação Superior -GEPPE/UESB.sheilaaraujopaiva@gmail.com

Iracema Oliveira Lima

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas para Educação Superior-GEPPE/UESB, e membro do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino-NHIPE/UNEB.iracema.lima@uesb.edu.br